



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, de autoria Senador José Pimentel, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo.*

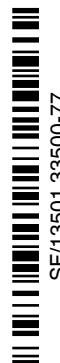
RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com vistas a permitir a prorrogação de acordos e convenções coletivas de trabalho até a celebração de novo instrumento normativo coletivo.

A justificativa para a aprovação do referido projeto se vincula ao fato de que o encerramento dos prazos das negociações tem gerado injustiças, especialmente diante da aplicação de leis menos benéficas ao trabalhador em comparação com as regras de tais acordos e convenções, caso o empregador não deseje renegociá-los.

O projeto foi distribuído originalmente apenas à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, mas, por força da aprovação do Requerimento nº 1.432, de 2011, será





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

apreciado por esta Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para então seguir novamente à CAS, que será analisado em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

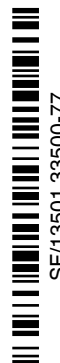
II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Assuntos Econômicos apreciar os aspectos econômicos e financeiros do PLS nº 181, de 2011.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de prejudicar o projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

Adentrando-se no mérito, tem-se que a iniciativa busca alterar dispositivo da legislação trabalhista que limita o prazo de validade dos acordos e convenções coletivas em dois anos. Objetiva-se, desse modo, garantir a periodicidade das rodadas de negociação coletiva e diminuir as tensões entre empregadores e empregados, ao se prorrogar a validade dessas negociações até a confecção de uma nova.

Isso porque, na prática, a limitação do prazo de validade dos acordos e convenções coletivos incentiva os empregadores a adiar o processo de negociação a fim de que sejam aplicadas as regras legais menos benéficas aos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

empregados pelo maior tempo possível. Essa situação deve, portanto, ser evitada.

Vale ressaltar que as negociações coletivas ganham cada vez mais força e mais importância, não apenas no nosso ordenamento jurídico, mas no mundo globalizado, onde os processos legislativos não conseguem acompanhar a dinâmica da economia, nem tampouco externar de forma efetiva os interesses dos trabalhadores e empregadores que, dada as particularidades que envolvem o desenvolvimento de determinada atividade, prescindem dos instrumentos advindos das aludidas negociações.

Diante de todo o exposto, observa-se a negociação coletiva como instrumento da maior importância e relevância dentro das relações de trabalho e, portanto, merecedora de efetivo destaque em sede de deliberação parlamentar. A iniciativa se coloca como meio de expansão e salvaguarda dos direitos trabalhistas, razão pela qual é digna de apoio.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 181, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

